
V CBE0 - Curitiba



CBE0

Congresso Brasileiro de
Estudos Organizacionais

V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A DINÂMICA FORMAL - INFORMAL DO TRABALHO E SUAS CORTINAS DE FUMAÇA NO
CONTEXTO DE CONFECÇÕES DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE.

Rick Jonathan de Lima e Silva (UFPE) - rickjonathan93@gmail.com
Estudante do curso Bacharel em Administração.

INTRODUÇÃO

O presente estudo dá-se a necessidade de diagnosticar as motivações que levam a transição de trabalhadores para o contexto informal em Santa Cruz do Capibaribe, localizada no Agreste Setentrional de Pernambuco, que mesmo em meio a modernização do seu polo industrial, caracteriza-se por predominância na presença da informalidade, desde organizações às relações de trabalho existentes dentro do contexto formal. Visto que ações do poder público para incentivo do mercado formal vêm se concretizando na cidade, a informalidade não deixa de crescer no contexto Santa-cruzensense, se fazendo predominante dentro das relações de trabalho formais e no próprio crescimento da informalidade. Contudo, a transição do contexto formal para o informal no município estudado, se faz uma problemática não apenas para a sociedade local, mas também para os empresários locais, que passam a buscar pela redução de custos em seu chão fabril em busca de aumentar sua vantagem competitiva com um mercado que não contribui com o Estado. A informalidade na cidade vem se fazendo presente desde o primeiro processo de vendas dos retalhos até a modernização e a denominação Polo de Confeccões, pela transição de trabalhadores formais ao mercado informal e pela contratação de unidades de produtivas que possam faccionar parte ou todo o processo produtivo.

É importante ressaltar que nossa inquietação surge, primordialmente, quando se observa as dinâmicas das relações de trabalho em Santa Cruz do Capibaribe, quando empregados que se encontram sob regime formal de trabalho migram para a informalidade, e dos que se encontram no regime formal de trabalho, poucos conhecem seus direitos trabalhistas, submetendo-se sob coerção direta e indireta à informalidade presente no ambiente de trabalho e no contexto local. Diante tal contexto, é de suma importância questionar se a flexibilização é algo que apenas empresas buscam em seus vínculos empregatícios, e por quais motivos os empregados buscam o contexto informal como meio de sobrevivência e atuação no mercado de trabalho? Alguns pesquisadores nos dão pistas às questões colocadas. Segundo Druck (2011), a precariedade e a degradação das condições de trabalho são ferramentas utilizadas para baratear a mão de obra, sendo alicerces da acumulação flexível de capital. Outro caminho é a terceirização e subcontratação, uma vez que esta possibilita à empresa burlar os encargos trabalhistas por meio da exteriorização de etapas da produção, além de ficarem destituídas de

realizarem investimentos em maquinário, infra estrutura visto que parte da atividade é exteriorizada e executada em espaço domiciliar.

Através desta pesquisa, será possível contribuir para o debate da informalidade nos estudos organizacionais, na linha aberta pela pesquisa de Almeida Pereira (2018), visto que as investigações na área não tem incorporado esta discussão (Cf. LIMA; COSTA, 2016), principalmente voltados a segmentos produtivos tradicionais em contextos periféricos, como é a indústria de confecção no Agreste Pernambucano. Caracterizar a dinâmica formal e informal presente na trajetória ocupacional de trabalhadores e ex-trabalhadores do segmento de confecção em Santa Cruz do Capibaribe-PE, está dentre os objetivos desse estudo. A flexibilidade é fator em que só as empresas buscam em seus vínculos empregatícios? Por quais motivos os empregados buscam o contexto informal como meio de sobrevivência e atuação no mercado de trabalho? São as indagações que o presente artigo se propõe a responder.

As mudanças no mundo do trabalho

Sabe-se que há décadas, a crise do pacto fordista vem atravessando as regiões onde o capitalismo se faz presente e o próprio sistema encontra novas fontes de acúmulo de capital, tal como a flexibilização das relações de trabalho, em que trabalhadores são submetidos a condições de trabalho sob níveis de precariedade (DRUCK, 2011; LEITE, 2011).

Segundo Leite (2011), é possível observar que através da falência do pacto fordista, (que segundo Santana 2005, deu-se através do conflito existente deste modelo com as novas demandas de mercado, isto é, a produção em massa passa a não atender as necessidades de uma crescente saturação dos mercados), o desmonte do acordo social entre Estado, capital e trabalho passou a fazer parte do cotidiano das relações entre os agentes citados, trazendo para os países, principalmente os periféricos o fim do pleno emprego, onde as relações de trabalho modificaram-se de forma agressiva aos direitos dos trabalhadores. Essa modificação deu-se através da conclusão em que Santana 2005, afirma que as máquinas e ferramentas flexibilizadas agregariam trabalhadores sob regimes com maior nível de flexibilidade, ou polivalentes, o que o Fordismo não propiciava na época. Para isso, Leite (2011), afirma que o Estado passa a adotar em suas práticas e valores as políticas neoliberais, onde o Estado passa a intervir de forma pouco significativa na economia. Os ganhos por produtividade em cima dos níveis de produção

passaram a não fazer parte das políticas empresariais de distribuição de renda, já que de acordo com os princípios neoliberais a necessidade de concentrar a renda em uma menor parcela da população torna-se essencial para a sobrevivência do sistema capitalista. Ainda segundo a autora, é possível observar que houve um crescimento no número de trabalhadores contratados sob formas atípicas de trabalho (contrato por tempo determinado, terceirização). Segundo Santana 2005, a reestruturação das atividades produtivas, ocorrida a partir da década de 1970, trouxe um aumento significativo na produtividade das empresas, bem como alterações relevantes nas formas de gestão da força de trabalho, impactando de forma direta as negociações com instituições que trabalham em prol da defesa dos trabalhadores, interferindo assim, nas relações de trabalho. Santana 2005 e Leite 2011, afirmam que diante da transformação e desenvolvimento da indústria e sua produtividade, é possível observar em contraste o aumento da desigualdade social bem como redução no nível de empregos gerados, onde “o desemprego adquiriu dimensões mais amplas, mudando hábitos e trazendo desesperança” (SANTANA, 2005, p.2), levando grande parte da população periférica às margens da linha da pobreza. A crise do pacto fordista trouxe consigo, grandes transformações no contexto da formalidade dos empregos gerados, flexibilizando assim os métodos utilizados pelas organizações na contratação da mão de obra, crescendo de forma avassaladora os empregos classificados dentro do contexto da informalidade.

Postos de trabalho, que tradicionalmente garantiam estabilidade, se reduziram drasticamente. A insegurança passou a fazer parte do cotidiano do assalariado que detém algum tipo de emprego formal. Formas precárias de trabalho, de subcontratação, passaram a ser utilizadas como norma, incorporando-se às práticas das empresas. Fragilizou-se a instituição sindical como representação legítima dos trabalhadores. (SANTANA 2005, p. 2 – 3).

Segundo Barbosa (2011), a informalidade ganhou nos últimos anos um conceito polivalente, onde informal pode ser classificado, segundo o autor, como o agente que não contribui com impostos para a manutenção do Estado, o trabalhador que possui seus direitos erradicados, entre outros parâmetros que abarcam o conceito de informalidade, sendo este conceito aplicado para trabalhadores que exercem suas atividades por conta própria, sendo esta para determinadas classes de trabalhadores uma atenuante do desemprego, fornecendo renda embora que irregulares.

Segundo Pereira (2011), o trabalho informal vêm sofrendo aumento significativo nas últimas décadas, devido ao processo de reestruturação produtiva, que levou ao

crescimento do desemprego, ponto chave que dificulta a reinserção e inserção de trabalhadores no mercado formal de trabalho. Na mesma pesquisa a autora afirma que essa configuração se colocou em países periféricos ou subdesenvolvidos, devido aos processos tardios de industrialização.

Segundo (Costa) 2005, o discurso da necessidade de elevar a competitividade das indústrias brasileiras foi fator primordial para que fosse iniciado o processo de reestruturação produtiva, onde Santana (2005) afirma que os debates emergiram na necessidade de adotar uma nova forma produtiva, que estaria vinculada a novos padrões de demanda, utilizando o toyotismo como ponto chave para “modernização” do modelo econômico, flexibilizando as relações de trabalho. Druck (2011) afirma que a flexibilização das relações de trabalho impostas pelo sistema de acumulação flexível é indissociável da precarização do trabalho, onde os recursos mais utilizados para garantir essa contemporização são os contratos por tempo parcial / determinado de trabalho, ou subcontratação de serviços de terceiros (consultorias, cooperativas, micro e pequenas empresas, autônomos, entre outros), denominada como dimensão quantitativa. A flexibilização pode estar aplicada sob diversas diretrizes, como conteúdos de trabalho jornadas móveis de trabalho (a exemplificar, a adoção do banco de horas), remuneração de salários mistos (compostos por parte variável e parte fixa), polivalência, formas de gestão inspiradas no toyotismo, onde essas dimensões ficam classificadas como quantitativas.

Segundo Costa (2005), esse fenômeno resultou no fechamento de diversas fábricas no Brasil, renovação tecnológica, e a busca pela redução de custos por meio da adoção da terceirização, subcontratação e reorganização dos processos produtivos, em meio ao enxugamento de quadros de funcionários. Boa parte dos trabalhadores que foram destituídos de seus postos de trabalho, segundo a autora, migraram para a informalidade e para o setor de serviços (este que apresenta características heterogêneas das condições de trabalho. Costa (2005) afirma ainda que o discurso adotado pelo governo para adoção dessa flexibilização foi que esta seria necessária devido a legislação não acompanhar as transformações econômicas em que o mundo atravessara, necessitando modernizar as relações de trabalho afim de desonerar as folhas de pagamento das indústrias, pautando o custo onerado como fonte da inviabilidade na geração de empregos. Segundo Barbosa (2011), a fragmentação e segmentação do mercado passa a ser vista como uma falha do

sistema capitalista, onde a informalidade entra como variável de ajuste para essa anomalia encontrada no capitalismo.

Segundo Santana (2005) diante o contexto nas alterações do mundo do trabalho, a informalidade tem sido um caminho para que as pessoas possam garantir os recursos necessários para sua sobrevivência.

Uma definição mais precisa vem, então à tona: “o setor informal é composto de unidades de pequena escala envolvidas na produção e distribuição de bens e serviços com o objetivo essencial de gerar emprego e renda para seus participantes, apesar de suas restrições em termos de capital físico, humano, e de conhecimento técnico” (SETHURAMAN, 1981, p. 17, *apud* BARBOSA, 2011, p.131).

A informalidade, segundo Silva (2002), passa a ser sinônimo de flexibilização e desregulação das relações de trabalho, e não apenas de clandestinidade, fator que vem alterando de forma significativa o conceito de informalidade para o par empregabilidade/empreendedorismo, vestindo a roupagem da formalidade sob a informalidade presente dentro das organizações. O autor classifica o par citado como novos meios de exploração capitalista, onde a individualização e a subjetivação passam a compor os mecanismos de controles que organizam a vida social.

[...] o par empregabilidade / empreendedorismo adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se preferir, um termo mais agressivo, de “domesticação”), que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, que pareçam em vias de eliminação durante os “trinta anos gloriosos”. (MACHADO DA SILVA, 2002, P. 101).

Segundo Rodgers (1989, p. 9 - 13, *apud* Leite 2011, p. 32 – 33), os conceitos de precarização e precariedade não podem ser tomados como sinônimos, já que possuem diferentes significados. A precarização é vista como fator relacional, onde leva-se a consideração de um período histórico, onde determinada classe trabalhadora tem seus direitos fragilizados, ou até extinguidos, enquanto a precariedade está além da deterioração dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, já que este conceito não abarca a ideia de perda, sendo levadas em consideração determinadas formas de ocupação profissional. A autora ressalta que quanto maior for o grau de instabilidade, menor o grau de controle dos trabalhadores na execução das tarefas, salários, ritmos, podem ser as combinações que nos ajudem a identificar o nível de precariedade em que o trabalho se encontra. Assim como o crescimento da informalidade, a autora destaca a precariedade

vem sendo elemento central na lógica do processo de acumulação flexível do sistema capitalista. O nível de precarização começa a se fazer presente quando o aumento do desemprego, a presença de empregos mais instáveis, inseguros, e de forma temporária, a presença do trabalho terceirizado bem como a redução do papel do Estado na intervenção das relações trabalhistas, fizeram com que o emprego precário atingisse de forma primordial atingissem os setores nos quais os empregados possuem menor grau de controle na imposição de salários, condições de trabalho e descontinuidade na contratação de mão de obra. Segundo Leite (2011), é importante a ressalva que nem sempre um trabalho precário está dentro do fenômeno da precarização, já que o trabalho, embora precário, pode ao longo de sua historicidade, ganhar pontos de melhorias (salários, jornadas, direitos assegurados, entre outros).

Segundo Leite (2011), a precarização do trabalho no Brasil, começou especialmente na década de 1990, onde o desmonte da legislação trabalhista trouxe inúmeras percas no quesito estabilidade, esta oferecida ao trabalhador através da promoção de proteção através da jurisdição do Estado. As novas formas de organização do modelo produtivo Brasileiro, se fez presente através do enxugamento da mão de obra nas indústrias, dando-se através da terceirização de parte das atividades desempenhadas pela organização, com a garantia de custos menores através do rebaixamento salarial, debilidade dos empregos formais, trabalho temporário e sem registro, fazendo da terceirização e da precarização do trabalho tendências complementares do sistema de acumulação flexível. A autora afirma, que a precarização e a terceirização não apenas atingiram o setor industrial da economia, mas também o comercial e o de serviços. Santana (2011), afirma que “a parcela do trabalho fora do “foco” principal da empresa passa a ser subcontratada de outras empresas (ou terceirizada)”, sendo essa profunda transformação na esfera produtiva. O mesmo autor ressalta também que o aumento da precarização dos contratos de trabalho deu-se devido a flexibilização das atividades produtivas somada a perca de volume industrial frente ao setor de serviços.

Leite (2011) afirma em sua pesquisa que a terceirização, combinada com a informalidade e o processo de precarização do trabalho, fez com que o trabalho fosse realocado, das empresas formais e regulares para oficinas e facções ilegais, chegando a domesticar o trabalho executado, como é o exemplo do setor têxtil, citado pela própria autora. Veras de Oliveira (2015), afirma que a intensificação da reestruturação produtiva, trouxe crescimento considerável no número de subcontratados, em todos os segmentos

da indústria e do setor de serviços, fenômeno recorrente também através da segmentação de classes sociais construídas através de estigmas existentes em meio a diversidade cultural Brasileira. O mesmo autor afirma ainda que:

São grandes as diferenças de salários, benefícios, jornadas de trabalho, condições de trabalho e organização sindical, que se verificam entre as grandes, médias e pequenas empresas; entre multinacionais e nacionais, entre regiões do país; entre os setores de atividade. Neste quadro, a terceirização pode, de fato, significar para a empresa que terceiriza acentuada redução de custos. (VERAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 554).

Veras de Oliveira (2015), afirma em suas pesquisas, que a pesquisa realizada pela CNI (Confederação Nacional das Indústrias), realizada em 2009, apontou que 91% das empresas que terceirizam de forma integral ou parcial suas atividades, buscavam a redução de custos, onde em média os trabalhadores recebem por volta de 24,7% a menos do que os demais trabalhadores formais, e possuem jornada de trabalho 7,5% maiores, e possuem maior rotatividade devido à baixa permanência no emprego. A terceirização tem a face mais perversa das relações de trabalho, onde o descumprimento da legislação trabalhista, durante a vigência do contrato e no fim deste, ocorrendo em grande magnitude calotes, maiores quantitativos de acidentes de trabalho somada a doenças ocupacionais, maior nível de discriminação e preconceito presente no ambiente de trabalho, dentre outras caracterizações apresentadas por este segmento.

A origem do município de Santa Cruz do Capibaribe e as confecções no Agreste Pernambucano

No Agreste de Pernambuco, a mobilização de um povo começa a emergir diante das características da região, marcada pela escassez na distribuição de chuvas, dificultando a sobrevivência. Segundo Melo (2011), a população viajava do interior do estado até a capital Pernambucana, a fim de vender carvão e galinha, levando de volta retalhos de tecidos oriundos das fábricas de Recife e do sudeste brasileiro, para aumentar a renda das famílias que residiam no local, viabilizando o encontro de alternativas que promoveram a sobrevivência da população, evitando a migração das famílias para centros urbanos em busca de oportunidades. Ali, começava-se a escrever a história de um polo de confecções que nasce por meio da mobilização coletiva, “[...] por mulheres que compravam retalhos de tecidos e confeccionavam peças de baixo preço e baixa qualidade em acabamento” (MELO, 2011, p. 35), pelas trocas comerciais junto à capital Pernambucana trazendo alternativas de trabalho e renda para a população local.

Segundo Burnett (2014), a dinâmica ocorria da seguinte forma: em uma semana, o *sulanqueiro** saía em busca de circuitos de feiras. Dentre os destinos procurados, estava a cidade de Feira de Santana - BA, onde estes passavam a semana realizando o circuito das feiras microrregionais, comercializando os produtos oriundos da cidade de Santa Cruz do Capibaribe - PE. Após a finalização deste circuito, os *sulanqueiros* na semana seguinte destinavam-se para a região de Barreiras, também localizado no estado da Bahia, onde faziam o circuito de feiras naquela área. Em seguida, retornavam pra cidade de Santa Cruz, pagavam as costureiras, reabasteciam seu estoque e saíam em busca de outro circuito de feiras, propagando assim o nome da cidade de Santa Cruz do Capibaribe pelo Nordeste.

A fama da cidade se deu devido à grandiosidade das feiras da região, onde segundo Sá (2015), no Agreste Pernambucano, as feiras de rua ainda possuem alta participação na construção do capital, dinamizando a vida de grande parte das pessoas que vivem e desempenham atividades nessa região, expandindo-se para a atividade comercial e para além desta. Segundo Lira (2011), a soma da grandiosidade dessas feiras, juntamente com a oferta e a variedade de roupas com pequeno valor agregado (*e.g* shorts, blusas, saias, colchas, camisas, conjuntos infantis etc), oriundos segundo Burnett (2014) dos retalhos que representavam na época insumos baratos e até mesmo gratuitos, oferecidas aos comerciantes que passavam pela região, foram também responsáveis pela propagação e disseminação do nome da cidade aos demais estados vizinhos, levando-a à condição de receptora do fenômeno do êxodo rural. Melo (2011) afirma que a migração tinha como objetivo a busca por recursos para os familiares garantirem sua sobrevivência. Segundo Burnett (2014), as condições físicas e tecnológicas encontradas na zona rural, levaram diversas famílias a migrarem para a zona urbana da cidade, levando os costumes rurais para o município do Agreste Pernambucano.

Segundo Pereira (2011), a cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE é o município Pernambucano que compõe a produção de peças de malha, abrangendo os segmentos de moda *surf wear*, *streetwear*, modinha, moda íntima e moda praia. A feira da Sulanca teve surgimento na cidade, representando predominância nas atividades econômicas da cidade. A autora destaca ainda que “Santa Cruz é sede do maior parque de confecções da América Latina, construído em 65 hectares, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. A

* Termo utilizado, derivado da Feira da sulanca, a comerciantes de artigos de confecção de vestuário nas feiras do polo de confecções do Agreste Pernambucano.

respeito do Moda Center Santa Cruz, pesquisa realizada pelo SEBRAE (2013) aponta que sua estrutura é contida por

Seis módulos que abrigam 9.624 boxes e 707 lojas, numa área coberta de 120 mil metros quadrados. Possui seis praças de alimentação, estacionamento para mais de 4 mil veículos, 18 dormitórios, posto ambulatorial, caixas eletrônicos de bancos, banheiros com chuveiro, terminais eletrônicos de informação, e nas altas temporadas, chega a receber 100 mil clientes oriundos de várias regiões, especialmente do Norte e Nordeste do Brasil. (SEBRAE, 2013, p.13).

Segundo o último censo do IBGE, a população estimada em 2017 na cidade de Santa Cruz do Capibaribe era de 105.761 habitantes, obtendo um crescimento de 18.179 habitantes se comparado com o censo de 2010. Segundo levantamento feito em 2015, a cidade possui em torno de 2.589 empresas atuantes e formais, e 13.004 pessoas trabalhando formalmente de forma assalariada no contexto econômico em geral, representando 15,7% da população, números que permitem mensurar a grandiosidade e importância que esta oferece ao estado de Pernambuco. Ocupa a 14ª posição em geração de empregos formais no estado de Pernambuco e 17ª posição no *ranking* de rendas per capita, com média de um salário e meio. No entanto, as dimensões do trabalho informal na cidade são grandiosas e em pesquisa realizada pelo SEBRAE (2013), voltada ao setor de confecção de vestuário, Santa Cruz do Capibaribe possuía 5.820 unidades produtivas informais, representando cerca de 81,2% no quantitativo de unidades produtivas na cidade, apesar de sua alta representatividade no contexto econômico do Estado. Esta dinâmica formal-informal vem trazendo consequências negativas para os trabalhadores, como veremos.

O contexto informal sob traques de formalidade presentes na cidade de Santa Cruz do Capibaribe

No contexto em que se vivencia o mundo em sua atualidade, Veras de Oliveira, Druck (2011), Burnett (2014), Bezerra (2011), Leite (2011), Santana (2005), entre outros citados no presente artigo, vêm discutindo as motivações que levam o capital a optar pela busca da flexibilidade em suas relações de produção, através do desmonte das relações formais de emprego, onde estas permitem que o capitalismo encontre novas formas de acumular riquezas, como a precarização das relações de trabalho, redução de trabalhadores formais e a própria terceirização e subcontratação. A informalidade, diante esse contexto, vêm apresentando alto crescimento frente à formalidade, onde diversos

empregados buscam pela forma autônoma de exercerem suas atividades por motivações pessoais e coletivas.

Segundo Morgan (2009), as pessoas são retiradas de seu modo tradicional de vida para trabalharem em prol dos interesses de uma minoria. Na configuração do referido município, esse trabalho é exercido de forma direta e indireta, já que tanto os trabalhadores se submetem às relações de subordinação e exploração dentro do ambiente fabril, quanto buscam pela forma autônoma de trabalho.

Segundo Burnett (2014), na década de 1990, a reestruturação produtiva que atingiu a região, encontrou terreno fértil frente a um mercado improvisado e em plena expansão, em plena maioria caracterizado pelas relações de empregos informais.

Segundo Bezerra (2011), é possível observar em todo o Brasil uma relação entre a utilização do trabalho em domicílio, a *feminização* da força de trabalho e a informalidade com o desenvolvimento e consolidação desse modelo econômico, não sendo diferente no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. A autora afirma que o Polo de Confecções Pernambucano caracteriza-se majoritariamente por unidades produtivas classificadas como fabricos e facções.

Mas, fundamentalmente o que difere os fabricos das facções, é que estes são subordinados a outras unidades ou empresas, enquanto que os fabricos trabalham de forma mais independente. Mas, muitas vezes, os fabricos também faccionam seu trabalho para outras unidades produtivas maiores, o que torna essa distinção bem mais difícil na prática. (BEZERRA, 2011, p. 58).

Como podemos ver, a informalidade na cidade vem se fazendo presente desde o primeiro processo de vendas dos retalhos até a modernização e a denominação Polo de Confecções, pela transição de trabalhadores formais ao mercado informal e pela contratação de unidades de produtivas que possam faccionar parte ou todo o processo produtivo.

Segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE, a cidade vem adotando há décadas o faccionamento* de sua produção em que:

As dinâmicas de trabalho eram configuradas através da cooperação familiar em todas as etapas do processo produtivo dessa mercadoria, trazendo a mistura do ambiente doméstico com o ambiente industrial, além de levar como resultado a predominância de unidades produtivas familiares e informais, sob

* Termo local utilizado para nomear o processo de terceirização adotado pelas fábricas e fabricos do polo de confecções do Agreste Pernambucano.

administração intuitiva, deixando mais complexas as relações de trabalho presentes na cidade e na região (ALMEIDA PEREIRA, 2018).

O que em outros tempos poderia ser classificado como a terceirização do processo produtivo, como dito, adoção do modelo de produção flexível, através da contratação indireta de mão de obra, modalidade presente não apenas no Agreste Pernambucano. Segundo a pesquisa, ainda é possível afirmar algumas motivações que levam a adoção desse modelo de produção, a exemplo da dispensação de contribuir com encargos trabalhistas, a camuflagem do ambiente doméstico com o ambiente fabril, onde ambos se misturam dentro do mesmo espaço, exonerando essas empresas de custos com aluguéis de espaços para alocação de seu maquinário, o autogerenciamento do ambiente fabril, já que as empresas desoneram de suas folhas de pagamento a necessidade de obtenção de administradores que possam coordenar o ambiente de produção. A pesquisa ainda afirma que trabalhadores que trabalharam alguns anos como trabalhadores formais, partem para montar sua unidade produtiva, casos em que ocorrem desde o setor de produção ao ambiente comercial da cidade, onde o empregado aplica um pequeno capital na aquisição de uma máquina que começa a misturar-se com o ambiente doméstico, em inúmeras vezes, com sua sala de estar. Essa dinâmica ainda é presente em Santa Cruz do Capibaribe, levando as empresas formais a utilizarem desse método de trabalho como uma forma de baratear o custo do trabalho, subcontratando famílias que se encontram nesse contexto para prestarem serviços nas diversas fases da produção. Segundo Bezerra (2011), o trabalho no domicílio é conceituado como trabalho exercido em ambiente doméstico, executado pelos familiares de forma remunerada.

Nesse processo, são constituídas de modo informal várias “facções”, encabeçadas geralmente por donas de casa, que não possuem vínculo empregatício com nenhuma empresa e que diante da dificuldade de sair de casa, por conta dos afazeres domésticos e da dificuldade de se vincular ao mercado formal de trabalho, passam a realizar a prestação de serviço na sua própria casa (MELO, 2011, p. 30).

Outro ponto importante neste processo é, segundo Lira (2011), a ausência do olhar governamental para a região, que trouxe consequências, a longo prazo, já que os comerciantes locais resistem a contribuir com o pagamento de impostos e com a formalização de suas empresas, mesmo com entidades representativas das três esferas (municipal estadual, federal) na cidade. Todo este contexto contribui para a presença e a permanência da informalidade.

É possível observar também a informalidade presente dentro das empresas formais, onde segundo Lira (2011), mesmo as empresas possuindo inscrição como pessoa jurídica é possível encontrar vários empregados sob regime informal de trabalho. Outras dimensões da informalidade se manifestam na realidade empresarial do município, como na forma como os pagamentos são feitos, como são especificados nos contracheques (geralmente as empresas não colocam o saldo integral a ser pago ao trabalhador, a fim de reduzir os custos com encargos trabalhistas e efetuar descontos nos salários dos empregados), ou até mesmo na subcontratação de terceirizadas. Segundo Bezerra (2011), o caráter familiar também se manifesta no recrutamento de pessoas para executarem o trabalho dentro das empresas, realizado geralmente por prévia indicação de conhecidos. O ciclo da informalidade continua entrelaçada no contexto formal, quando as organizações “reguladas” passam a optar pela terceirização, e pela contratação de empresas complementares a fim de baratear sua mão de obra, qualificando o barateamento de seus produtos.

Segundo o SEBRAE (2013), o maior problema diagnosticado no polo de confecções do agreste Pernambucano está concentrado na atuação de empresas com fachadas formais, contudo, em suas operações produtivas bem como em sua atuação, continuam com o que se pode denominar de informalidade formal, em que estas organizações utilizam de duas diretrizes para alcançarem a informalidade vestida de formalidade: na institucionalização e legalização através da obtenção do CNPJ apenas de suas unidades comerciais, localizadas no Centro das cidades ou no próprio parque de feiras, ou buscando em maior parte a “contratação” de facções para confecção de seus produtos. Segundo a mesma pesquisa, Santa Cruz do Capibaribe contava com 5.820 unidades produtivas informais, representando 81.2% das unidades locais, comparando-se com 1.349 unidades formais, com representação de apenas 18.8% das unidades produtivas da cidade.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Conversas informais com trabalhadores locais apontaram o exemplo de mulheres que chegavam na cidade para trabalhar como empregadas domésticas ou como babás, morando no domicílio de trabalho e, com o passar dos meses, ingressam na confecção em empreendimentos locais, nos setores de acabamento até chegarem a ser costureiras. Nos relatos de campo, A entrevistada C, mulher de 32 anos relatou que migrou para a cidade

de Santa Cruz do Capibaribe a 10 anos, “[...] vim pra cá faz 10 anos, trabalhar em casa de família, aí depois, através de uma amiga, consegui um emprego como auxiliar em uma loja, fazendo strass essas coisas, aí depois conheci Lucinaldo, e aprendi a costurar e comecei a trabalhar com costura em uma empresa”. (Data: 15/07/2018). A entrevistada B de 36 anos, quando questionada sobre seu primeiro emprego na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, a mesma relata que “[...]comecei a trabalhar numa área de serviços de uma casa, de uma mulher, que ela também costurava, que aprendi na casa dela, e eu acabei trabalhando com ela mas assim, ganhando bem pouquinho”. (Data: 15/07/2018). Esses relatos nos levam a percepção de que a imigração para a cidade deu-se a fatores como a busca de oportunidades de trabalho, afim de promover a sustentabilidade. Devido a essas mulheres inicialmente residirem no local de trabalho, a dupla jornada se faz presente no cumprimento da jornada de trabalho e na realização dos afazeres domésticos, realizando horas extras noturnas e, nos finais de semana, dão acabamento nas peças produzidas pelos fabricos.

Normalmente, passam quinze dias na cidade e um fim de semana com a família, com salários abaixo do mínimo nacional, sendo pagos semanalmente, geralmente no dia subsequente aos dias de feiras (prática adotada por muitas empresas locais até os dias de hoje). Questionada sobre sua remuneração, a entrevistada B afirma durante entrevista que recebia “[...]R\$160,00 por semana, e tinha, a gente incluía o serão*, que daria 200, ela arredondava pra R\$200,00 semanal”, (Data: 15/07/2018), enquanto a entrevistada C afirmou que na época, através da mãe de seu namorado, [...]arrumou um emprego pra mim, pra mim ganhar R\$300,00[...]. (Data: 15/07/2018). O entrevistado D, de 31 anos, relata que começou a trabalhar a partir dos seus 15 anos de idade, no acabamento de peças de confecção de moda íntima (tirando ponta de linha, dobrando peças), com remuneração de R\$25,00 por semana. A entrevistada E, de 23 anos, relata ainda que durante o processo de imigração para a cidade, começou a trabalhar na confecção com 14 anos, “[...]eu fui tirar ponta de linha, porque tinha que ajudar minha mãe, aí perguntaram se eu queria costurar, e eu agarrei essa oportunidade, e aprendi”, (Data: 15/07/2018), a mesma afirma que não trabalhava de carteira assinada, e recebia remuneração de R\$25,00 por semana, enquanto estava em fase de aprendizado. Com tais relatos, é possível perceber que a presença do trabalho infantil contribui assiduamente para o barateamento da mão

* O termo serão, é utilizado de forma cultural para designar quantidade de horas extras executadas pelas empresas, de forma já predefinidas, em torno de 3 a 4 horas de jornada, com valor fixo estipulado.

de obra, na contratação pelas facções e pequenos fabricos de trabalhadores sem experiência, justificativa utilizada para o pagamento de baixos salários.

Na trajetória, da informalidade à formalidade, a entrevistada A informa que em seu primeiro emprego de carteira assinada, no exercício de vendedora de cortinas em persiana, ao ingressar na empresa “[...]foram 3 meses de experiência e 9 meses de carteira assinada”. (Data:14/07/2028), dando a compreender que mesmo com a formalidade presente nas empresas, é possível perceber que, esta se faz presente de forma imparcial, e que culturalmente, o período de experiência, regido pela CLT, não fica explícito na carteira de trabalho, vindo a ser assinada após o término. Essa mesma configuração é encontrada através dos relatos das entrevistadas B, no exercício de costureira de peças em vestuário, informa durante entrevista que “*Lá eu passei só um mês sem a carteira tá assinada, porque eu tava em, como é que se diz? Em experiência né! Mas, quando foi com 40 dias, mais ou menos, ele assinou minha carteira, eu passei dois meses de carteira assinada*”. (Data: 15/07/2018). A entrevistada C afirma que em seu ingresso ao mercado informal, no primeiro emprego, exercendo a função na produção de strass, o trabalho exercido “*era de carteira assinada. Passei um ano e dois meses lá trabalhando de carteira assinada, e uns 5 meses sem trabalhar de carteira assinada*”. (Data: 15/07/2018). Esses relatos se manifestam também na presença do mesmo fator em outras experiências relatadas pelos entrevistados, onde A entrevistada A (Data: 14/07/2018), afirmou que em sua segunda experiência de carteira assinada, ainda na função de vendedora de uma loja de artigos de decorações “[...]logo quando eu entrei, passou um bom tempo sem assinar minha carteira, E depois, foi que assinaram. Eu trabalhei esse período todo, mas acho que não, na carteira não tá esse tempo todo não”. “*Eu ainda passei meses sem tá com a carteira assinada, e mais meses com a carteira, foram 8 meses, eu passei muito tempo!*”. (Entrevistada B, 15/07/2018). A entrevistada C, afirma que quando ingressou para a costura de confecção de vestuário, o vínculo empregatício de carteira assinada deu-se pela seguinte forma: “[...]4 meses foi sem carteira assinada, quando foi depois eu comecei a assinar a minha carteira e eu fiquei”. (Data: 15/07/2018), totalizando 1 ano e 5 meses de trabalho exercido a esta empresa. Tais pontos relatados conectam-se ao relato citado na pesquisa realizada pelo SEBRAE, em 2013, quando empresas que atuam na informalidade vestem-se de trajes formais afim de sustentarem suas práticas no contexto informal nas relações de trabalho.

Um dos pontos marcantes, que se faz presente nas organizações presentes na cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE, é a presença do processo de precarização das condições de trabalho e dos ajustes das dinâmicas nas relações de trabalho, onde as empresas, sejam fabris ou comerciais, utilizam dos princípios do modelo de gestão japonês mesclados com o taylorismo afim de elevarem sua produtividade. A polivalência foi o termo mais utilizado para descrever a execução das atividades cotidianas inerentes ou não, ao cargo ocupado. Citado por Santana (2005), a flexibilização estaria conectada entre máquinas e trabalhadores, adotando a polivalência como modelo na divisão de tarefas, o que o Fordismo não propiciava na época. Nos relatos colhidos em campo, A entrevistada A chega a citar o termo *Bombril* para caracterizar a dimensão do quantitativo de atividades executadas por ela em suas experiências de carteira assinada. Na primeira experiência, a mesma relata que, “[...]como boa parte das empresas de Santa Cruz, é, você tem o nome de vendedor, mas você é Bombril. Você tem que lavar, tem que passar, tem que limpar, atender, vender, cobrar, fazer tudo”. (Data: 14/07/2018). Na segunda experiência, a mesma relata que sua função principal era “vendedora também, Bombril, e depois passei a auxiliar administrativo”. (Data: 14/07/2018). Na terceira experiência de trabalho, apesar de trabalhar em uma franquia de renome nacional, a mesma relata que a experiência vivenciada não foi diferente das experiências com empresas locais, afirmando sobre suas atividades:

Bombril também, rs. É, atender os clientes, fazer pedido de produtos pra não deixar faltar nada, a loja tá sempre bem abastecida, fazia as metas diárias pras outras vendedoras atingir, controle de caixa, controle de entrada e saída de...pagamento de boleto, enfim, inúmeras coisas. (Entrevistada A, 14/07/2018).

Enquanto no comércio a polivalência se faz presente, no chão fabril, segundo relatos das entrevistadas, não é diferente:

A tinha várias máquinas! O que tinha lá eu praticamente entrava dentro. Todas elas, que assim eu trabalhei em muitas máquinas, praticamente todas as máquinas. Eu fazia tudo, porque como as máquinas eram diferentes, overlock, goleira, cada uma fazia sua função, quando não tinha peça pra mim eu ia pra outra máquina fazer outra função também, tá entendendo? Trabalhava na overlock, aí ombrava, botava manga, as vezes não tinha aí ele me colocava na reta, rebatia a gola, pespontava camisa, as vezes não tinha*

* Máquina de união de partes de um produto de confecção de vestuário. Ex: Mandas com frente, frente com costas.

também, aí me botava na goleira, eu ia abanhar, tá entendendo? Polivalente, aí depois me colocava na máquina de casear*, de travetar, saia andando no salão, fazendo todos os processos, todos os serviços. (Entrevistada B, 15/07/2018).*

Outro ponto presente na abordagem industrial utilizada pelas empresas, está na exploração da mão de obra e na sobrecarga de atividades designadas ao trabalhador.

Desvantagens de trabalhar de carteira assinada? É tipo assim, em questão porque você fica sobrecarregada, eu acho que você fica sobrecarregada! Eu acho que você trabalhar em uma empresa, você trabalha muito mais do que se trabalhar em casa. Porque é tipo assim, é o sangue suga, é oito horas, mas é como se fosse oito horas, 16, 24 é como se você tivesse sugando ali, naquele horário ali todinho, aquelas oito horas ali, porque, eu mesma quando trabalhava na empresa, quando chegava em casa, eu não tinha ânimo pra nada, eu não tinha ânimo pra nada pra fazer algum serviço, porque eu tava muito cansada. Quer dizer, sugava muito do meu ta entendendo, da minha energia. Na verdade, aí assim que eu achava lá, o que eu acho pouco assim, eu vejo assim dessa parte aí, ta entendendo? (ENTREVISTADA B, 15/07/2018).

Duas das entrevistadas levantam questionamentos sobre controle rigoroso do nível de produtividade, remetente a características do Taylorismo, nas quais não nos aprofundaremos no presente artigo.

[...]você não poderia olhar pro lado, você já tava sendo, ta entendendo, rir, ta entendendo? Se você fosse muitas vezes no banheiro, o povo já tava contando, em questão se você chegasse um minutinho atrasada em cima da hora, já tava no seu pé[...]. (Entrevistada B, 15/07/2018).

“Não podia conversar, não podia ir muitas vezes no banheiro, porque era reclamado, é isso. Tinha hora do lanche de manhã, de tarde não, horário, tinha que tá lá certinho, não podia se atrasar um minuto atrasado que você voltava pra casa”. (Entrevistada C, 15/07/2018). Em relação as metas, segundo entrevistadas, algumas fábricas possuem rigoroso controle. “Tinha aquela contagem, quanto a pessoa fez, tal, por hora, tá entendendo?”. (Entrevistada B, 15/07/2018).

Questionada sobre suas atividades, A entrevistada C afirma que em sua experiência trabalhando como costureira em uma fábrica, de carteira assinada, que trabalhava em diversas máquinas: “[...]é a pontinho, overloque, goleira, BT, 21, era

* Processo de acabamento realizada na máquina Galoneira, popularmente conhecida por Goleira na região, na região das barras, e em camisas com mangas sem punho.

* Processo de abrir casas de botões em camisas, bermudas, e calças.

quase todas". (Entrevistada C, 15/07/2018). O mesmo relato é repassado pelos demais entrevistados, afirmando que a polivalência e o termo "faz tudo" estão presentes de forma cultural nas empresas instaladas na cidade. A precarização se faz presente também através da redução dos ganhos de produtividade, onde são estabelecidos salários fixos próximos e poucos diferenciados do mínimo nacional. Essa diferenciação não está presente apenas para o núcleo operacional, já que a entrevistada A aborda que sua remuneração, como gerente de loja, era na faixa de R\$800,00 mensais, quando o salário mínimo vigente no ano de 2013 era de R\$678,00, fator que contribuiu de forma significativa com o crescimento da informalidade na cidade, já que trabalhadores que trabalham por conta própria, dentro dos relatos conquistados através das entrevistas, conseguem maiores ganhos devido ao pagamento por peça produzida. A entrevistada B, quando questionada acerca de sua capacidade produtiva enquanto autônoma, relata que: "*Por semana, 300 peças, pra eu ficar assim, despreocupada ta entendendo? Em questão do horário, pra eu bater aquela meta. Eu faço tranquila, 300 peças*". (Entrevistado B, 15/07/2018). Após questionada sobre capacidade, a mesma relata melhorias em seu rendimento mensal. "*[...]em questão do que eu tiro em uma semana, nas minhas peças eu tirava em 15 dias na outra empresa, tá entendendo? Aí eu acho bem melhor assim, em questão a isso ta entendendo?*" (Entrevistado B 15/07/2018). A entrevistada C afirma que uma das desvantagens de se trabalhar de carteira assinada,

[...]é porque aquele dinheiro certinho, todo mês, você não pode sair, se você sair, você vai ficar devendo. E tem que cumprir horários, acho que a maior desvantagem é ter que cumprir horários, todos os dias, se você faltar é descontado dobrado, a pessoa tem consciência disso, que vai ser descontado duas vezes. (ENTREVISTADA C, 15/07/2018).

Quando questionada sobre sua jornada de trabalho, a entrevistada C afirma que hoje "*[...]acordo de 07:30 todos os dias, de segunda a sexta, paro de 12:00 pra ajeitar o almoço, volto de 14:00 da tarde, ajeito o Matheus, volto de 14:00 da tarde, paro de tarde pra fazer janta, volto e quando venho parar é 00:00, 01:00hr*". (Entrevistada C, 15/07/2018). Com essa renda, a mesma chega ser remunerada em "*[...]500,00, 600,00, tem semana que é melhor. E tem semana que também não sai isso, tem semana que é 300,00. Já aconteceu*". (Entrevistada C, 15/07/2018). O salário da categoria, para o cargo de costureira, foi fixado em acordo com sindicatos em R\$1.092,00* para o ano de 2018.

* Dissídio coletivo fixado em tabela salarial 2018, pelo SINDCOSTURA PE, retroativo de 01 de fevereiro de 2018.

A entrevistada C, com renda de um salário mínimo, devido conter maquinário industrial em casa, utilizava suas horas vagas após o horário de trabalho para realizar horas extras afim de complementar sua renda.

[...]um salário mínimo, aí quando eu chegava em casa eu já tinha comprado umas duas máquinas, ia fazer, trabalhava em casa de novo, ia fazer serão lá e ainda tinha que fazer em casa, pra poder conseguir mais dinheiro pra poder comprar mais máquinas e conseguir mais gente pra trabalhar. (ENTREVISTADA C, 15/07/2018)

Com relação a carga horária autônoma, grande parte dos entrevistados afirmam obter maior nível de flexibilidade.

Depende, tem dias, tem dia que eu trabalho de manhã, de tarde e de noite. ta entendendo? Ou seja, vamos supor, três horas de manhã, aí vem, pego de 14hrs, vai até se eu quiser até 21hr, 20hr, da noite. Isso ai eu mesma faço meu trabalho, tem dia que eu trabalho 10 horas, já tem dia que eu só trabalho 4 horas, ta entendendo? E assim. (ENTREVISTADA B, 15/07/2018).

Apesar da carga horária ter elevado de forma considerativa, a flexibilidade quando ao cumprimento do horário de trabalho foi um dos fatores que levam trabalhadores a migrarem do regime formal de trabalho para o contexto da informalidade. Questionados sobre as desvantagens de se trabalhar de carteira assinada, os entrevistados fizeram dentre as colocações, as principais:

Trabalhar como autônoma você não vai ter sua carteira assinada, e nem os direitos trabalhistas. Mas em contrapartida, você vai ter diversos pontos positivos, você não vai ter que tá cumprindo horário, quando alguém adoecer ou você mesmo adoecer, alguém da sua família mesmo precisar ir no médico, ou então fazer qualquer outra coisa você não vai ter que tá dando satisfação a ninguém. (ENTREVISTADA A, 14/07/2018).

Além desse motivo, entrevistados ressaltam pontos específicos que abordam motivos circunstanciais e individuais que contribuíram com a motivação para o ingresso ao contexto da informalidade.

Logo no início era legal porque quando fazia hora extra, recebia em espécie, mas depois foi feito um acordo, e a empresa em meio à crise que teve no Brasil falou que não tinha condições de pagar horas extras, queria ficar sendo pago no banco de horas, para que não tivesse mais redução de quadro, só que na verdade isso não aconteceu, continuou tendo redução de quadro, e a gente não recebeu mais horas extras, e sim, só banco de horas. (Entrevistada A, 14/07/2018).

A citação anterior norteia sobre a adoção do banco de horas, ponto em que eleva o nível de exploração dos trabalhadores em chão fabril e no segmento comercial. Para a presente adoção, a empresa referida utilizou da seguinte estratégia:

Foi feita uma reunião, chamaram o pessoal do sindicato, representantes, e falaram dessa maneira, que a empresa havia avaliado que não tinha condições de continuar pagando hora extra em espécie, mas poderia sim tá juntando as horas extras em banco de horas, para que não tivesse mais demissões, mas não foi isso que aconteceu. (ENTREVISTADA A, 14/07/2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma prévia, é propícia à conclusão que a presença da informalidade na cidade contribuiu assiduamente para o desenvolvimento da economia local, bem como do empreendedorismo na região, já que essa condição permitiu que empresários que se instalaram na cidade garantissem, sob condições de trabalho precárias e barateamento da mão de obra, o desenvolvimento de suas empresas e do polo como um todo. Mas, ainda sim, é possível encontrar vastas desigualdades no segmento em que o acesso às oportunidades de crescimento não são igualitárias, já que em grande maioria é possível identificar a presença de negócios locais apenas como meio de garantirem a subsistência dos proprietários e de suas famílias. O caminho metodológico permitiu que pudéssemos de forma parcial diagnosticar qualitativamente o que leva trabalhadores a resistirem na informalidade, de forma que as entrevistas semiestruturadas permitiram que o diagnóstico pudesse abordar o processo de precarização, crescimento da informalidade, bem como a crise do pacto Fordista ocorrida nas últimas décadas. O estudo possui como elemento central a contribuição com o debate acerca do crescimento da informalidade no Brasil, especialmente em contextos periféricos, característica da indústria Pernambucana de confecções. A compreensão da trajetória laboral de ex-trabalhadores de empresas formais permite levantar os pontos em que as empresas deste segmento vem utilizando para reduzir custos e aumentar suas margens de lucros, onde é possível que o processo de precarização do trabalho, bem como a adoção de empresas terceirizadas no processo produtivo, contribuem para que trabalhadores migrem para um contexto diferente em que consigam atribuir a sensação de liberdade, bem como as dimensões em que a informalidade transcende a formalidade, processo este que pode se amplificar com as medidas de desregulamentação do trabalho em curso no Brasil.

As próximas etapas para conclusão da pesquisa dá-se na conclusão das entrevistas, afim de que se possa permitir se obter maior clareza sobre os fenômenos ligados a acumulação flexível de capital presentes de forma acentuada nas regiões periféricas do país. Para trabalhos futuros, uma das entrevistas trouxe a indagação acerca das franquias, questionando o porquê empresas de grande porte possuem baixas remunerações a seus colaboradores e elevadas jornadas de trabalho, abordando também utilizando a metodologia qualitativa, diagnosticando as condições de trabalhos e os métodos de precarização do trabalho adotada por franquias de empresas que se fazem presentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA PEREIRA, A. M. B. Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho. Programa de Pós-graduação em Administração (PPGA), **Tese** (Doutorado), João Pessoa, 2018.
- ARAÚJO, A. M. C. O trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I; (orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa – PB, Editora Universitária da UFPB, 2011.
- BARBOSA, A. F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I; (orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa – PB, Editora Universitária da UFPB, 2011.
- BEZERRA, E. M. **O trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no polo de confecções do agreste de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande – PB, 2011.
- COSTA, M. S. **O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**. Márcia da Silva COSTA. Revista Brasileira de Ciências Sociais. VOL 20 Nº 59, 2005.
- DRUCK, G. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. In VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I; (orgs.) **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa – PB, Editora Universitária da UFPB, 2011.
- LEITE, M. P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: Verás de Oliveira, R.; Gomes, D.; Targino, I.(orgs). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

LIMA, T. B de; COSTA, M. S. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira em administração entre 2003 e 2014**. Cadernos Ebape, FGV-RJ, v. 14, n.2, artigo 5, abr./jun. 2016.

LIRA, S. M. **Muito além das feiras da Sulanca: a produção da confecção no Agreste / PE**. Sônia Maria de LIRA, Recife – PE. Editora Universitária da UFPE, 2011.

MELO, P. S. **As políticas públicas de emprego, Trabalho e Renda no Pólo de confecções do Agreste de Pernambuco: suas incidências em alguns grupos de mulheres**. Dissertação de Mestrado. Campina Grande – PB, 2011.

MORGAN, G. **A face repugnante: As organizações vistas como instrumentos de dominação**. Gareth MORGAN, **Imagens da Organização**. São Paulo, Atlas, 2009.

PEREIRA, J. N. **O programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no polo de confecções do Agreste Pernambucano**. Juliana Nunes PEREIRA. Dissertação de Mestrado. Campina Grande – PB, 2011.

SANTANA, M. A. **O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos**. Marco Aurélio SANTANA. Cadernos IHU ideias. UNISINOS. São Leopoldo – RS, 2005.

SEBRAE. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do Agreste Pernambucano, 2012**. Relatório final. Serviço de apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco Sebrae/Pernambuco. Recife – PE, 2013.

SILVA, L. A. M. **Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)**. Luiz Antonio Machado da SILVA. Caderno CRH. Salvador – BA, 2002.

OLIVEIRA, R. V. **Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão**. Roberto Vêras de OLIVEIRA. Caderno CRH, v. 28, nº75. Salvador – BA, 2015.